

POLÍTICAS PATRIMONIAIS NA TERRA DOS ZULUS: a construção da Rainbow Nation¹

Antonio Evaldo Almeida Barros
Aldina da Silva Melo
Inaldo Bata Rodrigues

RESUMO

A África do Sul pós-apartheid (1995-) tem buscado nas políticas patrimoniais e nas culturas étnicas um novo sentido para se pensar a nação: renomeando ruas, transformando prédios em museus, eventos relembrando os personagens que lutaram contra a segregação racial e, valorização das expressões culturais étnicas. Essas ações de renomeações, transformações e louvações institucionalizadas pelo Estado estão inseridas no campo das políticas patrimoniais, que na África do Sul surgem na busca da construção de uma nação, onde a cultura passa a ser símbolo nacional. Tomando-se as políticas patrimoniais na África do Sul pós-apartheid como objeto de análise, problematiza-se como o Estado apropriou-se do patrimônio e das expressões culturais étnicas para a formação de uma identidade nacional em tempos de democratização. As políticas patrimoniais sul-africanas pós-apartheid centram-se na construção de uma nação marcada pela sua diversidade étnica e cultural, onde o patrimônio e a cultura tornam-se símbolo da nação Rainbow Nation.

Palavras-chave: Estado. Nação. Cultura. Políticas patrimoniais.

1 INTRODUÇÃO

O objeto deste artigo consiste na relação entre Estado e Cultura pós-apartheid, período de democratização da África do Sul, relação que se configura através das ações dos diferentes sujeitos e instituições sociais, e seus códigos, leis e políticas estatais e governamentais que incidem sobre a chamada cultura tradicional africana, destacando-se o processo de patrimonialização e a correlata eclosão de movimentos e organizações sociais estruturadas em torno do universo cultural tradicional de Kwazulu-Natal, região sul-africana na qual são dominantes os zulus².

A África do Sul teve sua história marcada pelo apartheid, sistema segregacionista oficialmente instituído pelo estado sul-africano de 1948-1994. A ideologia desse sistema partia de uma concepção racista de nação, que diferenciava brancos de não-brancos, europeus de outros povos, silenciando e criando barreiras reais de circulação e vivência, um modelo anglo-saxão de diferenciação étnica e racial (POUTGNAT; STREIFF-FENART, 2011), regime que impediu a construção da nação (KI-ZERBO et al., 2010).

1 Este trabalho se conecta a uma pesquisa mais ampla sobre patrimônio, cidadania e gênero na África Austral, coordenada pelo Prof. Dr. Antônio Evaldo Almeida Barros e financiada pelo CNPQ.

2 Os zulus compõem a maior etnia em meio aos vários grupos étnicos existentes na África do Sul (*xhosas, suazis, sothos* dentre outros), além de representar aproximadamente um quarto da população desse país (MELO, 2014; 2015a).

Em 1994 acontece o fim do regime do apartheid com a libertação de Nelson Mandela, que permaneceu preso por quase três décadas por defender os direitos dos sul-africanos negros, mestiços e dos grupos étnicos, e lutar contra a segregação imposta³. A libertação de Mandela pode ser vista como a nova história da África do Sul que se consolida em 1995 com as primeiras eleições multipartidárias e, a sua eleição como presidente do país, momento que nos interessa nesse trabalho para perceber a relação entre Estado e Cultura pós-apartheid, especificamente de 1995-2015.

A África do Sul democrática é marcada por uma nova concepção de nação baseada na diferença que o apartheid negou e segregou. Enquanto no sistema segregacionista as culturas étnicas foram silenciadas, no período de democratização há uma valorização das expressões culturais dos grupos étnicos, como é o caso da *Zulu Dance*, típica do povo zulu.

A pesquisadora Aldina da Silva Melo (2014, p.17-18), em seu trabalho de conclusão de curso, analisando as representações de gênero na *Zulu Dance*, ou dança Zulu, a caracteriza como “A *Zulu Dance* é geralmente representada como uma dança típica dos povos Zulus, habitantes da província de Kwazulu-Natal” e que “há pelo menos cinco tipos de Dança Zulu que são executadas em momentos e ocasiões diferentes, quais sejam: Ingoma (isizingili), Ingoma (isishameni), Indlamu, Imvunulo, Isicathamiya”.

A dança zulu além de ser uma expressão cultural também é signo identitário de um povo, e que no período de democratização foi reconhecida pelo Estado sul-africano como patrimônio identitário e cultural. É questionável em um país pluriétnico a adoção de certos elementos de determinada cultura como símbolo nacional em detrimento de outros e, se tal ação não cria relações de conflito entre os próprios grupos étnicos.

Com o fim do apartheid, têm-se buscado uma construção de nação baseada na multiculturalidade do país com seu epíteto denominado de *Rainbow Nation* - epíteto congregador e gerador de uma nova sensibilidade social nacional sul-africana, que deveria ser marcada pelos contatos entre diferentes e desiguais sujeitos das mais diversas origens étnico-raciais (BARROS, 2012), simbolizando os vários grupos étnicos e povos de outras nações, como é o caso dos indianos que “representam 2,6% da população, o que se estima atingir cerca de 1,5 milhões de pessoas”. Mas como está se dando a construção dessa nação?

Para compreender esse projeto político e ideológico baseado na diferença étnica em um estado pluriétnico é preciso adentrar nas concepções de etnicidade e nação, categorias fundantes nesse processo de formação de um Estado pluriétnico.

2 ETNICIDADE E NAÇÃO: breves definições para compreensão da “nova” nação sul-africana

A etnicidade, para Poutignat e Streiff-Fenart (2011) é uma concepção moderna que traz consigo ideias e experiências de libertação nacional e reivindicações do Terceiro Mundo e das minorias

3 Nos anos noventa, precisamente em 1990, as pressões internacionais intensificam as pressões contra o governo De Klerk, presidente da África do Sul naquele momento, que acaba libertando Mandela da prisão. Nesse mesmo ano Mandela assume a presidência do Congresso Nacional Africano (CNA). No ano seguinte, foram iniciadas as negociações com o Partido Nacional implementador do regime do apartheid quando ganhou as eleições em 1948, no poder desde então.

do Ocidente. A tese postulada pelo autor serve como base para pensar a etnicidade em sua prática por direitos sociais, inserindo-a na nova concepção de estado democrático sul-africano, em que a nação é pensada e gestada a partir dos grupos étnicos para a construção da nação Rainbow Nation.

Na contemporaneidade, etnia se conecta a outras concepções “as de povo, de raça ou de nação, com as quais mantêm relações ambíguas cujo rastro encontramos nos debates contemporâneos” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p.33), por isso analisar a construção da nação na África do Sul pós-apartheid é tentar perceber como o Estado tem lidado com as culturas dos grupos étnicos.

Assim como a etnicidade para Poutignat e Streiff-Fenart (2011), a nação para Hobsbawm (1990, p.27-31), está ligada a modernidade. Para o autor o significado da palavra nação foi ganhando novos significados ao longo do tempo. No século XIX significa “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino”, posteriormente “era dada como um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum e também o território constituído por esse Estado e seus habitantes considerados como um todo”. No século XX, o termo nação é descrito como “a coletividade de pessoas que têm a mesma origem étnica e, em geral, falam a mesma língua e possuem uma tradição comum”.

A nação como sentimento patriótico pousa sobre a modernidade conferindo aos Estados-nação um sentimento de pertença por parte de seus habitantes. A concepção de nação moderna colocada por Hobsbawm (1990), e a qual conhecemos hoje, pautada no território, em um centro de poder comandado por um governo tem suas bases na “era das revoluções” onde “‘nação’ era o corpo de cidadãos cuja soberania os constituía como um Estado concebido como sua expressão política” (HOBBSAWM, 1990, p.31).

A nação apresenta-se como um sentido partilhado entre seus membros. Segundo Benedict Anderson (2005), a nação é, antes de tudo, uma comunidade política imaginada como entidade territorial limitada e soberana:

É imaginada porque até os membros das menores da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa nação, mas ainda assim, na mente de cada um existe a imagem de sua comunhão [...] é imaginada como limitada, porque até a maior das nações, englobando possivelmente mil milhões de seres humanos vivos, tem fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais se situam outras nações. Nenhuma nação se imagina a si própria como tendo os mesmos limites da humanidade. É imaginada como soberana porque [...] anseiam por ser diretamente livres [...] Estado soberano garante e o emblema dessa liberdade. [...] a nação é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre concebida como um a agremiação horizontal e profunda (ANDERSON, 2005, p.25-27).

A nação como comunidade imaginada para o autor acima citado, partilhando horizontalmente seus anseios por liberdade, igualdade e dependência é encontrada no estado sul-africano democrático. A nação como politicamente organizada, compartilhando um destino comum, dotando-se de um Estado que tem como objetivos a segurança, autonomia nacional e o seu desenvolvimento econômico, essa é a nova África do Sul democrática, onde o Estado tem buscado formular e implementar políticas públicas voltadas para a valorização dos grupos étnicos e das minorias.

As políticas públicas do Estado passam por uma memória do apartheid, compreendendo que é preciso lembrar os horrores do passado para que não venha a acontecer no futuro (BARROS, 2012).

O professor africano J. Isawa Elagwu compartilha das concepções de nação levantadas acima. Para Elagwu (2010, p.522-523), a nação apresenta-se como objetiva e subjetiva. Analisando a edificação da nação e a formação de Estados na África pós-colonial, define o conceito de nação “ao menos a três categorias de grupos humanos:” primeiro a nação é um processo historicamente evoluído, onde o território e a língua formam uma base comum. Em segundo lugar, a nação, pode designar um território comandado por um governo. “E em terceiro lugar a nação pode ser um povo ou uma tribo”.

Ainda segundo o autor a nação apresenta-se com fatores objetivos e subjetivos. Os primeiros estão relacionados à “língua, a história, o território, a cultura, a organização política e a vida econômica.”. Quanto aos subjetivos “compreendem especialmente um sentimento comum de identidade e um engajamento comum ou uma fidelidade de cada um frente ao grupo” (ELAGWU, 2010, p.523).

As concepções levantadas até aqui ajudarão a pensar a construção da nação da África do Sul pós-apartheid – 1995-2015-, momento em que o Estado torna-se sujeito importante na construção de políticas públicas para a valorização dos grupos étnicos.

Na construção da nação sul-africana pós-apartheid e, com Mandela como presidente do país é instituída a Constituição da África do Sul em 1996 que traz em seu preambulo o reconhecimento da diversidade e uma sociedade democrática para a nação sul-africana

Nós, o povo da África do Sul,
Reconhecemos as injustiças do nosso passado;
Honramos aqueles que sofreram por justiça e liberdade em nossa terra;
Respeitamos aqueles que trabalharam para construir e desenvolver o nosso país; e
Acreditamos que a África do Sul pertence a todos os que nela vivem, unidos na nossa diversidade.
Nós, portanto, através de nossos representantes eleitos livremente, adotamos esta Constituição como lei suprema da República de forma a –
Curar as divisões do passado e estabelecer uma sociedade baseada em valores democráticos, justiça social e direitos humanos fundamentais;
Estabelecer as bases de uma sociedade aberta e democrática na qual o governo se baseia na vontade do povo e de cada cidadão igualmente protegido por lei;
Melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos e libertar o potencial de cada pessoa; e
Construir uma África do Sul democrática e unida capaz de tomar o seu lugar de direito como um estado soberano na família das nações.
(ÁFRICA DO SUL, 1996).

Com a Constituição têm-se início uma concepção de Estado democrático de direito e com ele formam-se as concepções para a formação de uma nação “Com a Constituição, inicia-se uma tentativa de realizar uma inflexão nas formas de conceber a nação sul-africana do ponto de vista legal e formal” (BARROS, 2012, p. 140), porém o processo de instituição da democracia na África do Sul teve a contribuição de diversos sujeitos, tanto internos como o Estado e seus movimentos contra o fim do apartheid, e externos como os acordos internacionais

Além da Constituição, contribuiriam para isso diversos acordos internacionais, a exemplo da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, de 1989, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, a 4ª Conferência Mundial da Mulher, realizada em Pequim em 1995, a Conferência Mundial contra o Racis-

mo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida na África do Sul, em 2001. Destaque-se ainda a criação de instituições de proteção dos direitos, como a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Igualdade de Gênero, e a Comissão de Verdade e Reconciliação (BARROS, 2012, p.140).

A importância dos sujeitos no processo de democratização torna-se essencial para a compreensão da nova política sul-africana. A estrutura econômica do país está a ocorrer com investimentos internacionais que visam os direitos humanos. A política nos primeiros anos de democracia com Nelson Mandela (1995-1998) na econômica se deu com os acordos internacionais para a reestruturação do país. O governo de Mandela inicia uma valorização étnica com políticas públicas voltadas para os grupos étnicos e as minorias, os que mais sofreram nos anos anteriores, mas intensificam-se com Jacob Zuma na presidência do país (2009-), as expressões culturais dos grupos étnicos também passam por uma valorização. (BARROS, 2012).

3 A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E CULTURA NA ÁFRICA DO SUL DEMOCRÁTICA

As políticas públicas apresentam-se como regulação ou intervenção na sociedade, é o que nos diz Maria Ozanira Silva e Silva (2001). Para a autora há interesses em jogo, mas “toda política pública é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social” (SILVA, 2001, p. 38).

Para Maria das Graças Rua ([s.d.], p. 2) “As políticas públicas (policies), [...], são outputs, resultantes das atividades política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”. É esse “caráter imperativo” que lhe dá o sentido de público, “Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público” (RUA, [s.d], p.2). São as ações e decisões revestidas do poder soberano do Estado que confere reconhecimento a uma política pública.

A política pública como atividades do governo que influencia na vida do cidadão nas suas diferentes formas econômica, política e cultural possui um caráter transformador, buscando em suas ações atender as demandas levantadas pelos sujeitos (SOUZA, 2006). Celina Souza usando a definição de Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (DYE apud SOUZA, 2006, p.24). Nesse sentido as políticas patrimoniais se encaixam nessa definição, no momento em que o Estado seleciona certos bens e símbolos de determinada cultura para patrimonializar.

A construção da nação sul africana perpassa pela cultura, quando essa é concebida pelo Estado como símbolo de uma identidade nacional a partir das diversas manifestações culturais do povo zulu. A cultura é concebida como elemento integrador de uma nova África do Sul, agora democrática. Fato que se assemelha ao Brasil no período do Estado Novo com Getúlio Vargas, que tinha em seu projeto político e ideológico a construção de uma nação contraposta ao sistema anterior oligárquico da República Velha (BARBALHO, 2000).

Para Barbalho (2000) o projeto político getulista transformava as coisas do povo: samba, futebol e carnaval em nacional, “é neste processo de apropriação de manifestações populares e sub-

se quente transformação em símbolos de identidade nacional que talvez resida uma peculiaridade na dinâmica cultural brasileira” (OLIVEN, 1984, p.47), algo em que a África do Sul se assemelhe ao Brasil. Mas o projeto getulista que buscava uma identidade nacional foi ao mesmo tempo “paternalista e repressiva em relação às culturas popular e negra. [...]” (BARROS, 2015, p.39).

A política do Estado Novo buscava uma identidade nacional, valorizando as práticas regionais de negros e mestiços e suas heranças afro-brasileiras. Para Barros (2015) o Estado do Maranhão foi (re) modelando sua identidade, passando a representar uma “identidade maranhense” que “foi modelada tanto nos caminhos da ‘cultura’ ou da ‘tradição’ como nas trilhas do ‘povo’ e da ‘raça’”. Essa modelação de identidade a partir de diferentes meios está a ser presenciado do outro lado do Atlântico, quando a África do Sul concebe simbolicamente e materialmente para a construção da nação elementos culturais e tradicionais⁴ de seus diferentes grupos étnicos, posicionando a cultura um papel de destaque.

A cultura entendida hoje como conjunto de expressões e práticas; artes, ciências, técnicas, filosofia ou ofícios, transformou-se ao longo do tempo. Vinda do verbo latin *colere*, estava ligada ao cultivo da terra, o cultivo concebido para a realização de alguma coisa ou de alguém. No século XVIII, com o Iluminismo, a concepção de cultura estava ligada a civilização, definindo um padrão civilizatório de uma sociedade, hierarquizando segundo um critério evolutivo, e esse ligado a progresso (YOUNG, 2005; BAPTISTA, 2008; CHAUI, 2008).

A definição europeia de cultura silenciou e negou a vários outros povos e nações a terminologia cultura para suas práticas de vivência e sociabilidade, concebendo a todos os não europeus o termo “folclore”, pois em uma escala evolutiva encontravam-se não evoluídos culturalmente “a cultura sempre foi conflitante, contraditória, exatamente o que de fato se esperaria do produto do capitalismo” (YOUNG, 2005, p.45).

A cultura, para Young (2005, p.37), apresenta-se como um processo dialético, inscrevendo-a e excluindo-a no seu próprio movimento do uso e sua definição ao longo do tempo. No século XVI associada ao cultivo, estendendo-se para o “processo de desenvolvimento humano”, ligando-se no século XVIII a intelectualidade e, associando-se a civilização. O modernismo do século XX faz com que a noção de cultura passe a ser ao mesmo tempo crítico da cultura como a própria civilização (YOUNG, 2005). O modernismo para além de um movimento estético possibilitou pensar identidades nacionais a partir da mistura e da diferença (MAGGIE, 2005).

A relação cultura e civilização foram associadas por muito tempo como um processo evolutivo da humanidade em que os europeus criaram e se beneficiaram por meio da diferenciação do outro “A cultura sempre marcou a diferença cultural por meio da produção do outro; sempre foi comparativa, [...] A raça sempre foi culturalmente construída. A cultura sempre foi através da raça construída” (YOUNG, 2005, p.64).

As ciências humanas e sociais como áreas acadêmicas contribuíram para a concepção hierarquizada da cultura, é o que pontua Chauí (2008) “O conceito iluminista de cultura, profundamente

4 A concepção de tradição e tradicional para com o continente africano é acalorada por intensos debates, o professor Valdemir Zamparoni em uma conferência no III Simpósio África que ocorreu na Universidade Federal do Maranhão (2016) prefere a terminologia ancestralidade, pois entende que tal definição dá um sentido de movimento, diferentemente de tradição e/ou tradicional que é muitas vezes concebido como algo parado e estanque no tempo.

político e ideológico, reaparece no século XIX, quando se constitui um ramo das ciências humanas, a antropologia”.

Os antropólogos usaram o conceito iluminista de evolução ou progresso para estabelecer um padrão de medidas entre culturas tendo como base o padrão da “Europa capitalista. As sociedades passaram a ser avaliadas segundo a presença ou a ausência de alguns elementos que são próprios do ocidente capitalista e a ausência desses elementos foi considerada sinal de falta de cultura ou de uma cultura pouco evoluída”. Tais elementos foram “o Estado, o mercado e a Escrita” (CHAUI, 2008, p.56-57). Elementos utilizados para considerar determinadas sociedades como detentoras de cultura, partindo de um padrão eurocêntrico, importados para lugares por onde o colonialismo e posteriormente imperialismo penetraram.

O continente africano foi por muito tempo considerado um lugar dito não-civilizado. Com isso, seus povos tinham crenças, práticas e costumes, considerados folcloristas, mas não cultura, pois não apresentavam os elementos padrões para tal. A negação de cultura para todos os não-europeus tem suas bases em uma concepção racista e classista no desejo de diferenciação (YOUNG, 2005).

É na segunda metade do século XIX com a filosofia alemã que o conceito de cultura é ampliado pelos antropólogos sociais e políticos que “buscarão desfazer a definição etnocêntrica e imperialista da cultura”, concebendo que cada cultura exprime histórica e materialmente “a ordem humana ou simbólica com uma individualidade própria ou uma estrutura própria” (CHAUI, 2008, p.57). É com esse entendimento para além de padrões europeus, compreendendo as várias formas de sociabilidade e vivência que a cultura passa a ter uma abrangência maior, considerando as formas simbólicas como cultura.

A nova forma de concepção da cultura abre espaço para uma discussão de transformação social “Falamos de cultura, como o conjunto de fenômenos que contribuem mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para compreender, reproduzir ou transformar o sistema social” (CANCLINI, 1983, p.40).

A cultura pode ser definida a partir de duas perspectivas: a antropológica e a sociológica, perspectivas que permitem a delimitação das políticas culturais. Isaura Botelho assim caracteriza as duas dimensões: A antropológica leva em consideração a interação dos indivíduos, suas práticas e saberes, concebe que “a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando”; a dimensão sociológica, por sua vez, “refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria”, a dimensão sociológica está centrada no sistema organizacional, é uma especialização por excelência (BOTELHO, 2001, p.74).

A perspectiva antropológica da cultura permite que o Estado “englobe o conjunto dos saberes e dos fazeres e a relação estado e cultura passa a estar presente no conjunto dos órgãos que compõem o governo” (CALABRE, 2007, [s/p]), relação que permite a elaboração de políticas culturais por parte do Estado, possibilitando uma “cidadania democrática e cultural” e que “contribui para o reconhecimento das diferenças reais existentes entre os sujeitos em suas dimensões social e cultural. Ao valorizar as múltiplas práticas e demandas culturais, o Estado está permitindo a expressão da diversidade cultural” (CALABRE, 2007, [s/p]). As colocações da autora encaixam-se nas ações do

Estado sul-africano, onde há uma valorização das práticas culturais dos grupos étnicos, permitindo uma diversidade cultural e étnica símbolo da Rainbow Nation.

O reconhecimento da cultura no campo simbólico abre um espaço de disputas e conflitos entre Cultura e Estado no ocidente. O Estado é associado ao poder político e econômico e a cultura, por sua vez, ao poder espiritual (BAPTISTA, 2008).

A relação entre Estado e Cultura é marcada por tensões e conflitos. Luana Tereza Rocha em sua dissertação de mestrado analisando as políticas culturais nos anos de 1990 no estado do Maranhão, coloca que houve uma apropriação por parte do Estado no terreno da cultura, o Estado passou a ter “uma imagem de protetor das iniciativas populares” (ROCHA, 2014, p.17)⁵. Essa relação paternalista do Estado em relação à cultura e, mais especificamente com as expressões culturais negras e mestiças podem ser encontradas na década de 1930 com o Estado Novo (1937-1945), onde o Estado buscava uma identidade nacional que simbolizasse o Brasil (BARROS, 2015).

Na América Latina há uma predominância dessa relação do Estado em protetor no campo da cultura, quando há “estratégias de subordinar o povo e a Nação ao que o Estado estabelece como leis” (CANCLINI, 1983, p.49). Para transformar essa realidade Canclini (1983, p.51), defende que é preciso uma política democrática tanto dos meios de comunicação de massa, como também, de uma conscientização cotidiana no povo “reorganizar as relações entre significado e poder, com uma orientação socialista”, em que o povo passe a ter reconhecimento de suas manifestações.

Essa concepção de cultura ligada ao material e ao simbólico e, tendo no povo o construtor de práticas culturais, repousa sobre a África do Sul democrática no seu processo de patrimonialização, quando o Estado concebe as culturas étnicas, como a Zulu Dance, o mesmo valor cultural aos grandes monumentos patrimonializados.

4 POLÍTICAS PATRIMONIAIS NA TERRA DOS ZULUS: construindo a nação Rainbow Nation

No período de democratização há um processo de patrimonialização que faz parte da construção da nação. As políticas patrimoniais, entendidas aqui como políticas públicas, são concebidas pelo governo para a preservação e memória de pessoas e lugares que representam a luta contra o apartheid,

A ideia de preservar, restaurar, e promover o patrimônio da África do Sul tem feito parte das políticas governamentais pelo menos desde que Mandela assumiu o governo sul-africano em 1995, mas a intensificação da valorização dos patrimônios negros parece ter se intensificado com os governos Zuma (BARROS, 2012, p.174).

O professor e intelectual sul-africano Neville Alexander (2006, p. 125), companheiro de Mandela na luta contra o apartheid, pontua que um dos objetivos históricos da África do Sul pós-apartheid é a construção de uma nação. Examinando a política de ação afirmativa em relação às identidades raciais formadas ao longo da história da África do Sul concebe que “O princípio da reparação histórica continua a ser a estrela-guia de todas as políticas de transformação social na atual fase da história da África do Sul”.

⁵ O período analisado pela autora, 1994-2002, é de governança de Roseana Sarney, tida por muitos como uma “amante” do bumba-meu-boi objeto de análise da autora (ROCHA, 2014).

A reparação colocada pelo autor refere-se às políticas de ações afirmativas⁶ naquele país, porém, perpassa pelas políticas públicas, no caso aqui estudado as políticas patrimoniais, que estão sendo implementadas na tentativa dos reparos que o apartheid ocasionou, “A ideia de ‘nação-arco-íris’ tem sido a base desses projetos de reconstrução nacional de símbolos políticos para o resgate da identidade nacional” (RIZZI, 2010, p.262).

Na construção da nação sul-africana pós-apartheid, as políticas patrimoniais fazem parte de um programa do Estado que visa a patrimonialização de bens, pessoas, lugares e memórias entorno das marcas do apartheid.

Ao contrário do que parece ser o Brasil, a África do Sul é um centro vivo de memória, no caso, da memória do Apartheid e da luta contra esse sistema. Perde-se a conta de quantos prédios foram transformados em museus, de quantas placas, bustos e estátuas estão espalhados pelas cidades e estradas relembrando os personagens e eventos que consolidaram a luta contra a segregação racial. (BARROS, 2012, p.147).

A patrimonialização também se insere em uma política desenvolvimentista do estado sul-africano, nesse sentido, o turismo é inserido em programas do governo para o desenvolvimento de regiões, valorização, conhecimento e divulgação das práticas culturais dos grupos étnicos. No portal do governo da África do Sul o turismo é um dos serviços disponibilizados, proporcionando ao visitante da página um “passeio”, por seus principais pontos turísticos⁷.

A patrimonialização está ligada ao turismo cultural, com o reforço da diversidade de identidades culturais, com a conservação e preservação de bens culturais. “A patrimonialização traz consigo estratégias de sobrevivência, voltadas para a mercantilização do patrimônio cultural”. Mas a autora Sandra Siqueira Silva (2011, p. 111) alerta para essa

espetacularização, industrialização, stantardização dos bens culturais a venda de uma mercadoria; dando-se maior importância ao objeto a ser comercializado do que as necessidades da coletividade produtora da mercadoria, atribuindo-se aos bens culturais um valor econômico.

Nesse processo de patrimonialização Aldina Melo cita o caso da dança Zulu que como expressão cultural étnica cumpre para o Estado sul-africano “o papel de entreter turistas e fazer movimentar o capital na África do Sul através da festa, da dança e da performance de homens e mulheres”. E, que “A Dança Zulu tem movimentado o turismo na África do Sul, o que também contribuiu para o seu processo de patrimonialização” (MELO, 2014, p. 17-23).

Aldina Melo (2014) ainda coloca que o processo de patrimonialização da Dança Zulu passou por múltiplos interesses de diferentes sujeitos, como por exemplo, Estado, órgãos internacionais, movimentos sociais, intelectuais e os próprios povos zulus, inserindo os sujeitos no campo da patrimonialização na perspectiva de Wilson Trajano Filho. Para o autor a patrimonialização é antecedida pelo processo de pré-patrimonialização comandada por “atores não-estatais: pelos atores sociais locais e pela intelectualidade nacional” (TRAJANO FILHO, 2012, p.38).

6 Políticas voltadas para a redistribuição do poder e dos recursos econômicos, sociais, culturais e políticos que constituíram a causa fundamental da luta contra o capitalismo racial em geral contra o apartheid em particular. (ALEXANDER, 2006).

7 O portal do governo da África do Sul administrado pela embaixada do Brasil disponibiliza serviços e informações de passaporte e vistos, turismo, Indústria e Comércio e curiosidades sobre o país <http://www.africadosul.org.br/>.

Importante salientar que tanto durante quanto, sobretudo, após o apartheid, diferentes expressões da cultura zulu, como a *zulu dance*, tem movimentado o turismo na África do Sul, o que também tem contribuído para seu processo de patrimonialização (MELO, 2015b). Sansone (2012b) argumenta ser evidente a progressiva globalização dos processos de preservação e patrimonialização, assim como das categorias e critérios que os norteiam. Ele retoma Camaroff para afirmar que “muita [...] ‘cultura’ antiga ou presente precisaria ser resgatada e preservada, seja quando há demandas por parte das populações interessadas, seja quando algum projeto de desenvolvimento de uma determinada região na base do turismo cultural o exige” (SANSONE, 2012a, p. 7).

De fato, alguns estudos têm apontado para a intensificação do processo de mercantilização dos diferentes elementos da cultura zulu via indústria do turismo na África do Sul (XULU, 2005; MASUKU, 2005 apud MELO, 2015b). Observa-se que aquela cultura e seus produtos culturais, como a música, a dança e o artesanato se consolidaram como elementos do turismo principalmente a partir dos anos 1990.

Esses novos discursos sobre patrimonializar envolvem diferentes modos de agenciamentos, à base de conflitos, de negociações e de construções culturais, assim como questões relacionadas ao modo de entendimento e de interpretação de processos culturais (XULU, 2005 apud MELO, 2015b).

O fato é que, atualmente, diferentes formas de cultura zulu, como a *Zulu Dance*, vêm sendo tomadas pelas políticas estatais e governamentais na África do Sul como Patrimônio Cultural. Esse movimento parece se intensificar a partir de 1994, quando o Apartheid é substituído pela democracia nesse país, abrindo-se um processo de reinvenção institucional e simbólica da nação (COETZEE, 1991; HARRIS, 2002; BARROS, 2012).

Na perspectiva do Estado sul-africano, expressões de cultura tais quais *ingoma*, *indlamu*, *imvunulo* e *isicathamiya*, bem como outros elementos culturais identificados como originários e costumeiramente produzidos entre os zulus, seriam “examples of symbols of national heritage” (DEPARTMENT..., 2010 apud BARROS, 2012, p. 125). Portanto, tratar-se-ia de elementos que deveriam ser vistos como bens culturais de grande relevância para a história, a memória e a identidade da *Rainbow Nation*.

Historicamente, as expressões de cultura zulu poderiam ser observadas em diferentes localidades da África Austral⁸. Com o processo de independência da região, e de instituição e superação do Apartheid enquanto regime político-institucional, será sobretudo na África do Sul e, mais particularmente, na Zululand, região que em grande parte coincide com o território de Kwazulu-Natal, que esse repertório cultural passaria a ser produzido mais comumente e construiria uma relação profunda (MELO, 2015b, p. 6).

A mais conhecida expressão de cultura zulu é a *zulu dance*,

que envolve homens e mulheres e é acompanhada por cantos vibrantes e às vezes pelo som de tambores, mas o principal apetrecho musical usado durante sua execução é a voz dos

8 Região localizada abaixo do deserto do Saara, ao sul do continente, composta por quinze países: Angola, África do Sul, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Em 1992 os países membros fundaram um bloco econômico e político para o desenvolvimento da região a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), sigla em inglês.

próprios participantes. Na dança, homens e mulheres executam uma coreografia semelhante, ambos correm para frente e tentam erguer uma das pernas o mais alto possível, os homens na tentativa de formar com o corpo um ângulo de 180°, e as mulheres um ângulo de 90°. A concretude dessas medidas por parte de homens e mulheres está relacionada à fertilidade de ambos (MELO, 2014, p. 40).

De acordo com Trajano Filho (2012, p.11), existe uma “tendência de redução semântica correlata ao processo que transforma instituições totais voltadas para a solidariedade, à reciprocidade e a convivialidade em ícones da cultura nacional – movimento necessariamente anterior aos esforços explícitos e formais da patrimonialização”. Em trabalho no qual enfoca as tabancas cabo-verdianas e as manjuandadis guineenses, Trajano Filho (2012) argumenta que “o processo formal de patrimonialização não nasce da pura decisão arbitrária do Estado. Ele é precedido de um processo de pré-patrimonialização despoletado frequentemente por atores não estatais: pelos atores sociais locais e pela intelectualidade nacional”. Certamente, “o Estado só entraria nesse jogo somente quando ele já está bem adiantado e somente quando ele legitima expectativas institucionais” (TRAJANO FILHO, 2012, p.38).

De todo modo, nota-se que nos textos e contextos da patrimonialização oficial há uma significativa redução semântica dos significados das expressões culturais, conformando um corpo homogêneo de sentidos. Em grande medida, como já observara Trajano Filho (2012), isto se dá porque essas práticas sociais, originalmente instituições totais, são transformadas em objeto cultural nacional para serem servidas no mundo do espetáculo e da cultura de massas; ao mesmo tempo, deve-se reconhecer que se foi possível que isto ocorresse, tal se deve em grande medida à ação de diferentes sujeitos, de dentro e de fora de África. Tem-se aqui a possibilidade de analisar diferentes modos de nação em gestação e conformação, a exemplo dos modelos brasileiro e sul-africano.

Deve-se salientar que é significativo o papel de setores e atores globais atuando na determinação dos processos de patrimonialização na África do Sul, o mesmo ocorrendo em outros países de África, a exemplo da África do Sul (BARROS, 2012) e de Senegal. A criação de lugares de memória nos países africanos não seria, por conseguinte, o resultado de agendas puramente locais. De fato, diferentes pesquisadores têm mostrado que os processos de patrimonialização, criadores de lugares de memória, em África, se relacionam a agências e agendas internacionais (BARROS, 2012; TRAJANO FILHO, 2012).

O patrimônio, nas palavras de Gonçalves (2003, p.31), oferece possibilidades e limites para o entendimento da vida social e cultural, sendo uma categoria de pensamento no campo antropológico “O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir [...] faz mediação entre passado e presente [...] O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas”.

Para Abreu (2009, p.35) em seu estudo sobre a emergência do patrimônio genético, “A emergência da noção de patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico e a partir de um sentimento de perda. Era preciso salvaguardar os vestígios do passado, ameaçados de destruição”. Partindo da concepção da autora podemos pensar a patrimonialização na África do Sul ligada a esse sentimento de perda de identidade no período do apartheid, que agora é valorizado para a construção de uma identidade nacional. No pós-Apartheid diversas têm sido as tentativas de se reconstruir tanto social e econômica quanto cultural e simbolicamente a nação (BARROS, 2012).

Pode-se imaginar e indagar, nessa perspectiva, como o Estado sul africano com seus vários grupos étnicos confere a Zulu Dance como patrimônio do país, logo símbolo nacional, status de valorização de certas culturas em detrimento de outras, pois “A Rainbow Nation é um processo marcado por tentativas de regulação e reparação, de acesso à justiça, mas também pela produção de novas hierarquias, conflitos, formas de poder, ressentimentos e ambiguidades” (MOUTINHO et al., 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A África do Sul pós-apartheid é marcada por uma tentativa simbólica de construção da nação, perpassando pela economia e pela cultura, valorizando as práticas sociais e culturais dos grupos étnicos - como é o caso dos zulus-, para a composição da nação Rainbow Nation. Esse processo de construção de uma nova nação marcada pela diversidade étnica e cultural tem buscado valorizar o que o apartheid segregou.

O patrimônio torna-se um símbolo de resistência, luta e a própria história da África do Sul. As políticas patrimoniais, como uma política pública, tornaram-se um projeto político e ideológico do estado para a composição de uma nova África do Sul, onde patrimonializar vai além de nomear ruas, prédios, instituições, etc., é a construção de um país valorizando sua diversidade e pluralidade.

O fato é que na recente história da África do Sul democrática o Estado tem buscado formular e implementar políticas públicas voltadas para a valorização dos grupos étnicos onde a cultura e o patrimônio são utilizados pelo estado para compor uma nação baseada na diferença. As heranças étnicas estão sendo negociadas entre Estado, Cultura e o próprio povo na definição da nação Rainbow Nation.

HERITAGE POLICIES ON THE LAND OF THE ZULUS: the construction of the nation Rainbow Nation

ABSTRACT

Post-apartheid South Africa (1995-) has sought in heritage policies and ethnic cultures a new way of thinking the nation: renaming streets, turning buildings into museums, events reminiscent of the characters who fought against racial segregation and , Appreciation of ethnic cultural expressions. These actions of renamed, transformed and praised institutionalized by the State are inserted in the field of patrimonial policies, that in South Africa arise in the search of the construction of a nation, where the culture happens to be national symbol. Taking post-apartheid wealth policies in South Africa as an object of analysis, the question is how the State appropriates the heritage and ethnic cultural expressions for the formation of a national identity in times of democratization. Post-apartheid South African heritage policies are centered on building a nation marked by its ethnic and cultural diversity, where heritage and culture become the symbol of the nation Rainbow Nation.

Keywords: State. Nation. Culture. Patrimonial Policies.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.33-48
- ALEXANDER, Neville. Cidadania, identidade e construção nacional na África do Sul. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p.113-129, 2006.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expressão do nacionalismo**. Lisboa: Ed. 70, 2005.
- BAPTISTA, Maria Manuel Rocha Teixeira. Estado e cultura: o necessário conflito. **Políticas Públicas**, São Luís, v. 12, n. 1, p. 36-43, jan./jul. 2008.
- BARBALHO, Alexandre. Estado autoritário brasileiro e cultura nacional: entre a tradição e a modernidade. **Revista da Associação de Psicanálise de Porto Alegre**, Porto Alegre, n. 19, 2000.
- BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **As faces de John Dube: memória, história e nação na África do Sul**. 2012. 205f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- _____. O Pantheon encantado: sujeitos, culturas e questão racial no processo de formação de identidade maranhense. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida et al. (Orgs.). **Histórias do Maranhão em tempos de República**. São Luís: EDUFMA, 2015.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, 2011.
- CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, III., 2007. Salvador. **Anais...** Salvador: Faculdade de Comunicação/UfBa, 2007.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Políticas culturais na América Latina. **Novos Estudos**, v. 2, n. 2, p.39-51, jul. 1983.
- COETZEE, R. M.. The mind of Apartheid. Geoffrey Conjré (1907-), **Social dynamics**, n. 17, p. 1-35, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, ano 1, n.1, p. 53-74, jun. 2008.
- ELAIGWU, J. Isawa. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Eds.). **História geral da África, VIII**. África desde 1935.3.ed. rev. e amp. Brasília: UNESCO, 2010.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. Cap. 1, p.25-33.

HARRIS, Verne. *The Archival Sliver: Power, Memory, and Archives in South Africa*. South Africa: **Kluwer Academic Publishers**, 2002, p. 63-86.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro; paz e terra, 1990.

KI-ZERBO, Joseph et al. Construção da Nação e evolução dos valores políticos. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Eds.). **História geral da África, VIII**: África desde 1935. 2.ed. rev. e amp. Brasília, UNESCO, 2010.

MAGGIE, Y. Mario de Andrade ainda vive? O ideário modernista em questão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.20, n.58, p. 271-316, 2005.

MELO, Aldina da Silva. **Dançando com os zulus**: representações de gênero em Kwazulu-Natal, África do Sul. 2014.92f. Monografia (Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia) Campus de Bacabal – Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, 2014.

_____. Papéis e lugares sociais de gênero na “Zulu Dance”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Lugares dos historiadores**: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015a. p 1-15.

_____. **Pensando patrimônio no sul global**: o caso da Zulu Dance. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL BRASIL E ITÁLIA: CRUZAMENTOS, TRANSATLÂNTICOS E QUESTÕES INTERDISCIPLINARES, I., 2015. São Luís. **Anais...** São Luís, 2015b. p. 202-214.

MOUTINHO, Laura; LOPES, Pedro; Zamboni, Marcio; RIBAS, Mario; SALO, Eliane. Retóricas ambivalentes: ressentimentos e negociações em contextos de sociabilidade juvenil na Cidade do Cabo (África do Sul). **Cadernos Pagu**, n. 35, Campinas, dez. 2010.

OLIVEN, Ruben George. A relação Estado e Cultura no Brasil: cortes ou continuidades?. In: MICE-LLI, Sergio (Orgs.) **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 41-52.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

RIZZI, Kamilla R. África do Sul: instituições e sociedade. In: VISENTINE, Paulo F.; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. (Orgs). **África do Sul: história, estado e sociedade**. Rio Grande do Sul: FUNAG/ CESUL-UFRGS, 2010. p.235-262.

ROCHA, Luana Tereza de Barros Vieira. **Viva bumba, guarnicê meu boi**: política e cultura popular em São Luís do Maranhão nos anos 90. 2014. 131f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. [s.l.: s.n.] (mimeo).

SANSONE, Lívio. **A política do intangível**: museus e patrimônios em nova perspectiva. Salvador: EDUFBA, 2012a, p. 7-11.

_____. **Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades.** Salvador: EDUFBA, 2012b.

SILVA, Maria Ozanira Silva. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática.** São Paulo: Ed.Veras, 2001.p.37-95.

SILVA, Sandra Siqueira. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: Considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. **Aurora**, Rio de Janeiro, ano V, n. 7, 2011.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias (UFRGS)**, Porto Alegre, v.8, n.16. 2006.

TRAJANO FILHO, Wilson. Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos. In: **Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades.** Lívio Sansone Salvador: EDUFBA, 2012. p.11-40

XULU, Smangele Clerah Buyisiwe. **Gender, Tradition and Change: The Role of Rural Women in the Commoditization of Zulu Culture at selected tourist attractions in Zululand.** 2005. 155f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento fIsizulu Namagugu, Universtity of Zululand, 2005.

YOUNG, Robert J.C. Cultura e a história da diferença, In: _____. **Desejo colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

MINIBIOGRAFIA

Antonio Evaldo Almeida Barros

Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia. Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão. Coordenador do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre a África e o Sul Global – (NEÁFRICA).

Aldina da Silva Melo

Mestra em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN/UEMA). Professora Substituta de Sociologia da Universidade Estadual do Maranhão. Graduada em Sociologia (UFMA/Campus Bacabal). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão sobre África e o Sul Global – NEÁFRICA.

Inaldo Bata Rodrigues

Mestre em Políticas Públicas (PGPP/UFMA). Graduado em Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA/Campus Bacabal). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão sobre África e o Sul Global – NEÁFRICA.